

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.509 - RO (2018/0003048-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : SERRA NOVA FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO - RO001751
ADVOGADOS : THERA VAN SWAAY DE MARCHI - SP124527
MARIA SILVIA LOUREIRO DE ANDRADE MARQUES - SP211385
RECORRENTE : DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
RECORRENTE : UNICARD BANCO MÚLTIPLO S/A
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER E OUTRO(S) - PR007295
PATRÍCIA CARLA DE DEUS LIMA - PR028277
EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO - RO004643
GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - RO005546
RECORRENTE : FORD PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : JULIO GONZAGA ANDRADE NEVES - SP298104A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTERES. : MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO
MERCANTIL S/A
ADVOGADOS : BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI E OUTRO(S) - PE019353
SIMONE ALVES DA SILVA - PE029016
INTERES. : SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO : MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO(S) - MT003127A
INTERES. : SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO E OUTRO(S) - SP154694
AITAN CANUTO COSENZA PORTELA - SP246084
INTERES. : COTIA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA S/A
INTERES. : FIBRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
INTERES. : EVEREST LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
INTERES. : BANCO ITAU VEICULOS S.A.
INTERES. : FINASA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

DECISÃO

Vistos etc.

Tendo em vista que o recurso especial de fls. 3119/40 versa sobre a repetição em dobro prevista no art. 42, p. u., do Código de Defesa do Consumidor, matéria que se encontra pendente de julgamento na CORTE ESPECIAL deste Tribunal Superior, no EREsp 1.413.542/RS e no Tema 929/STJ, torna-se necessário aguardar a consolidação do entendimento desta Corte Superior, até

Superior Tribunal de Justiça

porque a decisão a ser proferida no julgamento deste recurso especial - oriundo de ação civil pública - terá eficácia *ultra partes*.

De todo modo, em nome da celeridade processual que as demandas coletivas exigem, deixo de devolver os autos ao Tribunal de origem (cf. art. 256-L, inciso I, do RISTJ), para suspender o procedimento recursal apenas no âmbito desta Corte Superior.

Ante o exposto, determino a suspensão deste procedimento recursal com base no Tema 929/STJ.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

